



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

## **Informação nº 282/2019 – NUREC**

Brasília (DF), 24 de outubro de 2019.

**Processo nº:** 4655/2009  
**Jurisdicionada:** Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF.  
**Assunto:** Aposentadoria  
**Ementa:** Aposentadoria voluntária. Proventos integrais. Condenação penal. Perda do cargo público. Decisão nº 4882/2018. Declaração de cassação de aposentadoria. Pedido de Reexame. Perda do objeto.

Senhor Diretor,

Estes autos cuidam de análise da legalidade do ato de aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de **Francisco Marconi Cordeiro da Silva**, matrícula nº 27.293-0, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 20/1998 c/c os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de acordo com o ato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 27/08/2008, retificado pelo ato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 24/05/2010.

2. Ao “*tomar conhecimento das Ações Judiciais nºs 1998.03.1.006847-0 (Penal) e 2009.01.1.143254-8 (de Improbidade) movidas em desfavor do servidor*”, o Tribunal determinou “*o retorno dos autos à Polícia Civil do Distrito Federal, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias*”, fossem “*adotadas as seguintes providências: a) justificar a ausência de informações, nos autos, quanto à Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0 e a Ação de Improbidade nº 2009.01.1.143254-8, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 12 da Resolução TCDF nº 101/98 e no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94 (Lei Orgânica do TCDF); b) esclarecer se o Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2000 – CPD foi concluído, e, se for o caso, o encaminhamento dado, acostando aos autos a respectiva documentação, vez que o art. 172 da Lei nº 8.112/90 veda ao servidor aposentar-se voluntariamente, como ocorreu no caso, enquanto responde a processo administrativo-disciplinar*” (Decisão nº 2694/2011; fl. 27).

3. A essa deliberação plenária seguiu-se a de nº 1089/2012 (fl. 42), por meio da qual a Corte solicitou à PCDF informações pormenorizadas de “*todo o histórico do Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2000 – CPD, com registro do possível arquivamento e/ou desarquivamento, bem como o motivo, se houver, para que seja possível verificar com exatidão, se na data da aposentadoria o interessado estava respondendo ao referido PAD; b) caso confirmado que o servidor estava respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, no momento de sua aposentadoria, notificar o*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*interessado para, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, apresentar defesa prévia, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade deste Tribunal considerar ilegal a concessão em exame; c) em reiteração à alínea “a” do item II da Decisão nº 2.694/11, justificar o motivo de inicialmente não terem sido acostadas aos autos informações quanto à Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0 e à Ação de Improbidade nº 2009.01.1.143254-8, apesar da relevância na análise da concessão em exame, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 12 da Resolução TCDF nº 101/98 e no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 1/94 (Lei Orgânica do TCDF)”.*

4. A Decisão seguinte, de nº 5644/2012 (fl. 56), sobrestou “a análise dos autos em exame, até o trânsito em julgado da Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0 e da Ação de Improbidade nº 2009.01.1.14354-8, em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios”, autorizando “a devolução dos autos apensos à jurisdicionada para adotar, se for o caso, as providências pertinentes após a decisão definitiva, com trânsito em julgado, na Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0 e na Ação de Improbidade nº 2009.01.1.14354-8, com a remessa, posteriormente, a esta Corte, para apreciação, em face da Súmula nº 20 deste Tribunal”.

5. Mais tarde, ao “tomar conhecimento do trânsito em julgado da Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0 e da Ação de Improbidade nº 2009.01.1.143254-8, autorizando o levantamento do sobrestamento determinado pela Decisão nº 5.644/12”, o Tribunal determinou “à Polícia Civil do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) tomar providências no sentido de que seja editado ato de cassação da aposentadoria do servidor Francisco Marconi Cordeiro da Silva, assinado por autoridade competente, em decorrência do trânsito em julgado da Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0, na qual o interessado foi condenado à perda do cargo público de Policial Civil do Distrito Federal; b) encaminhar ao Tribunal a documentação comprobatória do atendimento da determinação constante da alínea anterior” (Decisão nº 4882/2018; fl. 86).

6. Às fls. 91/114, o nominado servidor interpôs Pedido de Reexame em face da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), conhecido, no efeito suspensivo, pela Decisão nº 2881/2019 (fl. 153<sup>1</sup>).

7. Em cumprimento ao item III da Decisão nº 2881/2019 (fl. 153), passamos ao exame de mérito do recurso interposto em face da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86).

---

<sup>1</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do pedido de reexame interposto pelo Senhor Francisco Marconi Cordeiro da Silva, mediante representação legal, em face da Decisão n.º 4.882/2018, conferindo-lhe efeito suspensivo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar n.º 01/1994; II – dar ciência desta decisão ao recorrente, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução/TCDF n.º 183/2017, informando-lhe que o recurso ainda carece de apreciação de mérito; à Polícia Civil do Distrito Federal e à Governadoria do Distrito Federal; III – restituir os autos ao Núcleo de Recursos – Nurec/TCDF, para exame do mérito do recurso e demais providências cabíveis.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

**Pedido de Reexame interposto pelo Senhor Francisco Marconi Cordeiro da Silva (fls. 91/114)**

8. O recorrente sustenta a impossibilidade de cassação da aposentadoria pela condenação à perda do cargo, haja vista que se tem “*uma sentença condenatória publicada em 18/08/2018, proferida pelo Tribunal do Júri de Ceilândia, onde consta, além da condenação criminal, a determinação da perda do cargo de Policial Civil do Distrito Federal [...], a qual] somente transitou em julgado em 21 de fevereiro de 2014, ou seja, quase 6 (seis) anos após a concessão da aposentadoria ao ex-servidor, que se deu em 27 de agosto de 2008*”.

9. Nesse sentido, para o recorrente, a decisão do TCDF incorre em “violação a preceitos constitucionais básicos e ao direito garantido pelo aposentado”, dada a ausência de previsão legal quanto à cassação da aposentadoria como efeito da condenação e a irretroatividade dos efeitos condenatórios da sentença.

10. Segundo o recorrente, “*o entendimento adotado pela Corte do Tribunal de Contas do DF é no sentido de ser possível a cassação da aposentadoria do ex-servidor que foi condenado a perda do cargo quando, ao tempo da decisão, ainda se encontrava ativo*”.

11. Todavia, ressalta o recorrente, dentre os efeitos da condenação previstos no artigo 92, inciso I, alíneas “a” e “b”, do Código Penal<sup>2</sup>, não se encontra a cassação da aposentadoria, considerada a taxatividade do rol de hipóteses concebidas. Daí, segundo o recorrente, não ser “*possível a interpretação extensiva de seu texto, ainda mais quando configure prejuízo ao réu*”.

12. Em reforço a esse entendimento, o recorrente cita jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup> e do Superior Tribunal de Justiça<sup>4</sup>,

---

<sup>2</sup> Art. 92 - São também efeitos da condenação: I - **a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública; b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos.**

<sup>3</sup> **TJ-RJ - EP: 00327437320148190000.** RIO DE JANEIRO CAPITAL, VARA DE EXEC. PENAS, Relator: PAULO SERGIO RANGEL DO NASCIMENTO, Data de Julgamento: 23/09/2014, TERCEIRA CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 30/10/2014. “[...] **INTERPRETAÇÃO IN MALAM PARTEM FEITA PELO JUIZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE.** [...] **Considerar como hediondo, ou equiparado a este, o delito de associação ao tráfico é violar o sistema adotado, utilizando-se de uma interpretação extensiva para causar prejuízo ao Agravante, o que, por obvio viola o princípio da legalidade.** [...]”.

<sup>4</sup> Relator: Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP). Órgão Julgador: Quinta Turma. Data do Julgamento: 18/11/2014. Data da Publicação: DJe 26/11/2014. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.477 - SP (2013/0368017/2).** “**RECURSO ESPECIAL E AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CORRUPÇÃO PASSIVA. 1. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL QUANTO AO AGRAVO. SÚMULAS N.ºS 292 E 528 DO STF. 2. INOBSERVÂNCIA DO ART. 514 DO CPP. DENÚNCIA INSTRUÍDA COM INQUÉRITO POLICIAL. NULIDADE RELATIVA QUE NÃO SE RECONHECE. SÚMULA N. 330 DO STJ. 3. CRIME COMETIDO NA ATIVIDADE. POSTERIOR APOSENTADORIA. PERDA DO CARGO PÚBLICO. ART. 92, I, ALÍNEA “A”, DO CP.**”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

a propósito da impossibilidade de interpretação “*in malam partem*”, em virtude do princípio da taxatividade.

13. Nesse raciocínio, o recorrente apresenta “**três pontos importantes e decisivos para a conclusão quanto ao direito de manutenção da aposentadoria do Interessado**”:

*“O primeiro ponto demonstra que a aposentadoria é um **direito garantido** consistente na retribuição ao servidor pela contribuição previdenciária e não uma vantagem em razão do cargo público por ele ocupado.*

*Logo, a perda do cargo ou função pública não está vinculada a aposentadoria, não sendo cabível a cassação nos termos pretendidos no presente caso, quando ao tempo do cumprimento da sentença, ou seja, após o trânsito em julgado, já tenha ocorrido a aposentadoria.*

---

ROL TAXATIVO. CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA. ILEGITIMIDADE. PRECEDENTES. 3. AGRAVO NÃO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. [...] **3. Condenado por crime funcional praticado em atividade, anteriormente à aposentaria, que se deu no curso da ação penal, não é possível declarar a perda do cargo e da função pública de servidor inativo, como efeito específico da condenação. A cassação da aposentadoria, com lastro no art. 92, I, alínea “a”, do Código Penal, é ilegítima, tendo em vista a falta de previsão legal e a impossibilidade de ampliar essas hipóteses em prejuízo do condenado [...].**

Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior. Órgão Julgador: Sexta Turma. Data do Julgamento: 20/09/2016. Data da Publicação: DJe 06/10/2016. **AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.620 - DF (2015/0098752-4).** “AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 92 DO CP. EFEITO DA CONDENAÇÃO PENAL. PERDA DO CARGO PÚBLICO. APOSENTADORIA SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EXPRESSA NO CP. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. **1. O art. 92 do Código Penal apresenta hipóteses estreitas de penalidade, entre as quais não se encontra a perda da aposentadoria e, por se tratar de norma penal punitiva, não admite analogia in malam partem.** [...]”.

Relator: Ministro Sérgio Kukina. Órgão Julgador: Primeira Turma. Data do Julgamento: 02/08/2018. Data da Publicação: 09/08/2018. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.347-ES (2014/0205247-0).** “ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEGALIDADE ESTRITA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGISLATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. 1. Na forma da jurisprudência, “as normas que descrevem infrações administrativas e cominam penalidades constituem matéria de legalidade estrita, não podendo sofrer interpretação extensiva” (AgInt no REsp 1.423.452/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/03/2018). 2. “**O art. 12 da Lei 8.429/92, quando cuida das sanções aplicáveis aos agentes públicos que cometem atos de improbidade administrativa, não contempla a cassação de aposentadoria, mas tão só a perda da função pública. As normas que descrevem infrações administrativas e cominam penalidades constituem matéria de legalidade estrita, não podendo sofrer interpretação extensiva**” (REsp 1.564.682/RO, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, DJe 14/12/2015). 3. **Viola a coisa julgada a decisão que, em cumprimento de sentença de ação de improbidade administrativa, determina conversão da pena de perda da função pública em cassação de aposentadoria, por ausência de previsão no título executivo.** 4. Agravo interno a que se nega provimento”.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*Para uma melhor compreensão quanto a este primeiro ponto, é imprescindível que se discorra acerca da **irretroatividade dos efeitos condenatórios da sentença antes do trânsito em julgado**.*

*Se por um lado não existe previsão legal para a hipótese de cassação de aposentadoria em decorrência de condenação a perda do cargo, não se faz possível que os efeitos da sentença condenatória retroajam para momento anterior ao seu trânsito em julgado.*

*Na decisão ora impugnada, o TCDF entendeu ser possível a cassação da aposentadoria do servidor FRANCISCO MARCONI CORDEIRO DA SILVA sob o argumento de que, ao tempo da sentença condenatória proferida pelo Tribunal do Júri de Ceilândia, a qual determinou a perda do cargo de agente de Polícia Civil do DF, ele ainda se encontrava na ativa.*

*Entretanto, é importante destacar que o trânsito em julgado do decreto condenatório se deu apenas em 21 de fevereiro de 2014, ou seja, quando o servidor já se encontrava aposentado há praticamente 6 (seis) anos.*

*A Constituição Federal, em seu artigo 5, inc. LVII, traz a previsão quanto ao princípio da presunção de inocência, determinando que 'ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória'.*

*Esta previsão constante da Carta Maior delimita os efeitos da sentença para somente após o trânsito em julgado da condenação, sendo que, antes deste marco processual, o processado usufrui de presunção de inocência, não podendo, então, sofrer os efeitos condenatórios.*

*No decreto condenatório, extrai-se o trecho onde o Exmo. juiz sentenciante especifica que 'transitada em julgada, lance-se o nome do acusado no rol dos culpados, expeça-se carta de sentença ao Juízo das Execuções Criminais e oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral para fins de suspensão dos direitos políticos do acusado, conforme preceitua o art. 15, inc. III, da Constituição Federal'.*

*No entanto, o TCDF está atribuindo à sentença condenatória um efeito retroativo, considerando o momento em que foi prolatada, ou seja, em data anterior a concessão da aposentadoria, atribuindo-lhe uma execução automática, desconsiderando totalmente o momento do trânsito em julgado.*

*Seguindo esse raciocínio, entenderam cabível a cassação da aposentadoria, tendo em vista que no momento em que houve a determinação da perda do cargo pela sentença condenatória de primeira instância, o servidor ainda estava na ativa, razão pela qual sequer teria o direito a aposentadoria.*

*Porém, no momento da concessão da aposentadoria, quando a sentença condenatória ainda não havia transitado em julgado, a aposentação já se perfazia como um **direito garantido** ao servidor que preenchia todos os requisitos para tanto e, tendo em vista a*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*presunção de inocência de que gozava, não há que se falar em ilegalidade.*

*Não obstante, a Constituição Federal, também em seu artigo 5º, inc. XXXVI, garante a proteção ao direito adquirido que não poderá ser prejudicado nem mesmo por edição de lei.*

*Assim, a cassação da aposentadoria do servidor FRANCISCO MARCONI se configurará também como uma violação ao direito por ele adquirido, cuja imunidade está garantida em nosso ordenamento jurídico de maneira supralegal.*

*É imperioso destacar que com o advento da Emenda Constitucional nº 20 de 15 dezembro de 1998 a aposentadoria deixou de ser uma vantagem decorrente da ocupação de cargo ou função pública para ser um direito garantido, tendo em vista a sua transformação para regime de previdência de caráter contributivo.*

*Isso significa que o servidor, após contribuir com a previdência visando a concretização futura de sua aposentadoria, passa a ter o direito de receber a retribuição do regime de previdência quando atingir os requisitos para o advento da aposentadoria.*

*Logo, a cassação da aposentadoria do servidor que contribuiu anos para isso, além de ser uma covardia, acarreta em enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública que, por uma questão lógica, deveria devolver os valores da contribuição total prestada pelo servidor que não poderá usufruir dos benefícios da aposentadoria.*

*O **segundo** ponto que merece destaque é o de que a cassação da aposentadoria, conforme já explanado, não possui previsão legal expressa, não existindo a possibilidade de interpretação extensiva da lei que acarrete em prejuízo de caráter irreversível ao réu.*

*[...]*

*No caso em tela, no momento do trânsito em julgado da sentença condenatória, ou seja, no momento em que a sentença começou a produzir efeitos, o Interessado já não se encontrava mais na ativa, tendo em vista o advento da sua aposentação no ano de 2008.*

*Portanto, não há que se confundir cargo ou função com aposentadoria, uma vez que se apresentam como institutos diferentes, pois o primeiro é exercido quando o servidor ainda se encontra ativo e diretamente ligado à Administração Pública.*

*Já o segundo, trata de um segundo momento quando, após atingidos os requisitos objetivos, o servidor é retirado da ativa e não mais pratica nenhum ato em representação à Administração Pública.*

*Assim, a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória ocorrido no ano de 2014, não há mais que se falar em perda do cargo ou função pelo Interessado, posto que com o advento da aposentação, o Interessado não mais se encontrava no exercício de suas funções.*

*[...]*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

*Portanto, a determinação [para] a perda do cargo em desfavor do Interessado quando da sentença condenatória não pode ter seu efeito estendido de forma a justificar a cassação da sua aposentadoria por ausência de expressa previsão legal neste sentido, bem como em razão da vedação a interpretação extensiva in malam partem quando se trata de matéria penal.*

*Já o **terceiro ponto** que salta aos olhos diz respeito à situação de inatividade do servidor aposentado, posto que quem está aposentado não ocupa cargo ou função pública, não mantendo mais qualquer vínculo com o Poder Público, daí não ser viável a cassação da aposentadoria, motivo pelo qual a determinação de perda do cargo público não poderá surtir nenhum efeito, porquanto perdeu o objeto.*

*Portanto, não restam dúvidas de que o entendimento adotado pelo TCDF quando a conversão da perda do cargo público em cassação da aposentadoria está em total desacordo com o entendimento consolidado pelo STJ e que se mostra como o mais correto.*

*Não obstante o todo já exposto, a sentença condenatória somente produz efeitos após operado o trânsito em julgado, não sendo crível a retroatividade para momento anterior a esse marco processual. Portanto, como a aposentadoria do servidor se deu antes do trânsito em julgado, não há que se conceber pela conversão da perda do cargo para cassação da aposentadoria.*

*Entretanto, ainda que se pudesse conceber a possibilidade de conversão da determinação da perda do cargo em cassação da aposentadoria, esta teria que se dar, ao menos, após o julgamento em segunda instância, conforme entendimento consolidado e reiterado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal.*

*Logo, a decisão recorrida contraria até mesmo o entendimento da Suprema Corte, pois atribui efeito imediato à condenação a partir do momento da prolatação da sentença, sem considerar outros marcos processuais mais plausíveis.*

*Assim, tendo em vista que o r. decisum contraria preceitos e garantias fundamentais, bem como vai de encontro ao entendimento das Cortes Superiores, acarretando em flagrante violação aos direitos do servidor FRANCISCO MARCONI, seu reexame e reforma é medida que se impõe, de forma a garantir o recebimento dos proventos da aposentadoria pelo Interessado, como medida de justiça”.*

14. Ao pedir que “sejam ouvidas as partes interessadas”, o Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva pleiteia, no mérito, que “seja dado provimento ao presente recurso para reformar a decisão combatida e declarar válido o ato de aposentação do servidor, garantindo ao mesmo todos os direitos dele decorrentes. Requer, igualmente, que as publicações dos atos sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE** no nome do advogado PIERRE TRAMONTINI, inscrito na OAB/DF nº 16.231”.



## **Análise**

15. De fato, nos autos do Processo nº 2009.01.1.143254-8, conduzido pela 8ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT ingressou com Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o **Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva**, “*nos termos do artigo 12, inciso III, da Lei n. 8.429/1992, tendente à (ao): a) - cassação de sua aposentadoria; b) - ressarcimento integral de dano moral causado ao Distrito Federal, a ser arbitrado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão da mácula que a conduta dos requisitos lançou sobre a Polícia Civil do DF; c) - suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três a cinco anos; d) - pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente; e e) - proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos*”.

16. Em sua sentença, prolatada na data de 21/03/2012<sup>5</sup>, e já transitada em julgado<sup>6</sup>, ao realçar a “*independência das sanções constitucionalmente previstas para o ato de improbidade administrativa daquelas previstas em legislação específica nas searas penais, civis e administrativas*”, o Juízo da 8ª VFPDF entendeu que, “*do acervo probatório colacionado, não é possível extrair ilação de que o autor, embora reprovável a sua conduta, tenha deixado de observar os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, o que caracteriza o ato de improbidade administrativa*”. Nesse sentido, julgou improcedente os pedidos deduzidos na inicial, extinguindo “*o feito, com exame do mérito, ancorado no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil*”.

17. Por sua vez, no âmbito da Ação Penal de Competência do Júri nº 1998.03.1.006847-0, conduzida pelo Tribunal do Júri de Ceilândia, o **Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva** foi condenado, em 18/08/2008, “*frente ao disposto no artigo 121, § 2º, inc. II, do Código Penal*” com acréscimo da “*perda do cargo público de Policial Civil do Distrito Federal*”. Referida sentença transitou em julgado na data de 21/02/2014<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml122&ORIGEM=INTER&CIRCUN=1&SEQAND=191&CDNUPROC=20090111432548>

<sup>6</sup> <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml34&ORIGEM=INTER&CIRCUN=1&SEQAND=264&CDNUPROC=20090111432548>

<sup>7</sup> <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml122&ORIGEM=INTER&CIRCUN=3&SEQAND=291&CDNUPROC=19980310068470>

<sup>8</sup> <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml34&ORIGEM=INTER&CIRCUN=3&SEQAND=330&CDNUPROC=19980310068470>





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

18. Em 29/04/2014, ao providenciar a expedição da “*Carta de Guia definitiva ao juízo das execuções penais*”, o Diretor de Secretaria do Tribunal do Júri de Ceilândia exarou despacho atinente ao cumprimento do “*efeito da condenação concernente à perda do cargo público de Policial Civil do Distrito Federal*”.
19. Logo, até esse ponto, não há que se cogitar de qualquer ofensa a direitos fundamentais, vez que aplicação da sanção relacionada à perda do cargo público, na esteira de determinação do Poder Judiciário, se deu em conformidade com os requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico.
20. Já no que se refere à determinação de cassação da aposentadoria do **Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva**, nos termos da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), a Polícia Civil do Distrito Federal, por meio do Ofício nº 550/2018 – DGP, de 20/11/2018 (fls. 88/90), informou ao Tribunal o encaminhamento da providência ao Poder Executivo distrital (Ofício SEI-GDF nº 379/2018 - PCDF/DGPC/ASS, de 14/11/2018), haja vista a competência prevista nos incisos VII e XXVII do artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal<sup>10</sup>.
21. Nota-se, portanto, que a determinação constante da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), por si só, não constitui gravame ao recorrente, vez que a determinação nela contida decorreu do trânsito em julgado da Ação de Improbidade nº 2009.01.1.143254-8 e, principalmente, da Ação Penal nº 1998.03.1.006847-0, estando seu efetivo implemento na dependência de ato inserido na competência privativa do Governador do Distrito Federal.
22. Tanto isso é verdade que, mediante Ofício SEI-GDF nº 225/2019 - PCDF/DGPC/DGP/GAB, de 18/09/2019 (fls. 157/158), a Polícia Civil do DF informou que, em face do ato de “cassação de sua aposentadoria publicada no DODF nº 235, de 12 de dezembro de 2018”, foi recebido o “Ofício nº 033989/2019 - GEBIN/DIOPE/SUOP/SEGER/PGDF (cópia em anexo) determinando o imediato cumprimento da decisão judicial proferida no Processo nº 070937157.2019.8.07.0018 pela 1ª Vara da Fazenda Pública do DF”<sup>11</sup>, que concedeu a tutela de urgência nos seguintes termos: “Com essas razões, CONCEDO a tutela de urgência vindicada para determinar que o réu retome o pagamento da aposentadoria do demandante até ulterior decisão judicial”. Por oportuno, assinalo que esta Instituição está cumprindo a determinação judicial”.
23. No âmbito do referido Processo nº 0709371-57.2019.8.07.0018, quem figura como réu é o Distrito Federal, devendo a Procuradoria-Geral do Distrito Federal promover, em juízo, a defesa do ato impugnado.

<sup>9</sup> <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml34&ORIGEM=INTER&CIRCUN=3&SEQAND=311&CDNUPROC=19980310068470>

<sup>10</sup> Art. 100. Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal: [...] VII - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; [...] XXVII – nomear, dispensar, exonerar, demitir e destituir servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional.

<sup>11</sup> <https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.sea m?ca=f5b1c0c1644f5019b16c491c0054b85457181be1c9d23deb>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

24. Demais, tendo a PCDF cumprido, efetivamente, a Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), mediante o encaminhamento ao Tribunal da documentação comprobatória, não nos parece que, no âmbito destes autos, em virtude de seu atual estágio, o recorrente tenha interesse recursal.
25. No caso, considerado o binômio necessidade/utilidade e adequação, ainda que o recorrente tenha se valido do meio adequado à tutela do bem jurídico supostamente violado, a prestação jurisdicional ora vindicada não se mostra necessária e útil para a solução do conflito de interesses ora instaurado, uma vez que a solução parece depender do deslinde da demanda que tramita junto ao Poder Judiciário.
26. Em nosso entendimento, diante do cabal cumprimento da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), pela PCDF, e, de certo modo, com o exaurimento dos efeitos dessa deliberação plenária, e, tendo em conta a existência de uma decisão judicial que, neste caso, parece impedir o Tribunal de deliberar em sentido contrário ao da decisão ora recorrida, resta entender que tenha havido a perda de objeto recursal.
27. Observe-se que, mesmo diante do efeito suspensivo conferido pela Decisão nº 2881/2019 (153), já houve o efetivo cumprimento da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), pela PCDF, em decorrência do qual o interessado, ora recorrente, obteve do Poder Judiciário o deferimento de cautelar em resguardo de sua pretensão.
28. Nesse raciocínio, há que se considerar que toda a argumentação recursal ora desenvolvida, lastreada, principalmente, na taxatividade das hipóteses de sanção previstas no artigo 92, inciso I, alíneas “a” e “b”, do Código Penal, encontra-se *sub judice*, por iniciativa do próprio recorrente, fato esse que, em nosso entendimento, enseja a perda de objeto do recurso sob análise.
29. Diante da concessão da tutela de urgência pelo Juízo da 1ª VFPDF, no sentido da determinação de retomada do “*pagamento da aposentadoria do demandante até ulterior decisão judicial*” (fl. 191), infirmando o propósito da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), resta ao TCDF, tão somente, aguardar o deslinde da questão posta em juízo, haja vista que o que competia à Corte determinar, até o momento, foi implementado após a prolação da citada deliberação plenária, já cumprida pela PCDF.
30. Para nós, neste caso específico, não há que se cogitar da independência das instâncias, uma vez que se trata do exame das consequências de uma decisão judicial transitada em julgado, a ser procedido pelo próprio Poder Judiciário.
31. Frise-se. A determinação contida na Decisão nº 4882/2018 (fl. 86) apenas demandou à PCDF a adoção de providências administrativas a serem praticadas por autoridade competente – Governador do DF –, considerado o trânsito em julgado da sentença penal prolatada em desfavor do recorrente, **Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva**.
32. Essas providências já foram adotadas pela Polícia Civil do DF, conforme relatam os Ofícios nº 550/2018 – DGP, de 20/11/2018 (fls. 88/90), e SEI-GDF nº 225/2019 - PCDF/DGPC/DGP/GAB, de 18/09/2019 (fls. 157/158).
33. Em assim sendo, sob o ponto de vista do interesse patrimonial do recorrente, não vislumbramos qualquer utilidade prática na eventual revisão da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
NÚCLEO DE RECURSOS

Decisão nº 4882/2018 (fl. 86), repita-se, devidamente cumprida pela PCDF, e já suplantada pela concessão da tutela de urgência pelo Poder Judiciário.

**Conclusão**

34. Por conseguinte, considerada toda a argumentação acima exposta, somos pela perda do objeto do Pedido de Reexame interposto pelo **Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva** em face da Decisão nº 4882/2018 (fl. 86).

**Sugestões**

35. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:
- I. tomar conhecimento da Informação nº 282/2019 – NUREC;
  - II. considerar a perda do objeto do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Francisco Marconi Cordeiro da Silva em face da Decisão nº 4882/2018, tendo em conta a cautelar deferida no bojo do Processo judicial nº 0709371-57.2019.8.07.0018;
  - III. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que mantenha o Tribunal informado por ocasião do deslinde do Processo judicial nº 0709371-57.2019.8.07.0018, a fim de viabilizar o julgamento do ato em conformidade com o entendimento que vier a ser firmado no âmbito do Poder Judiciário;
  - IV. autorizar:
    - a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida ao recorrente, na pessoa do representante legal deste, e à Polícia Civil do Distrito Federal;
    - b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;
    - c) o sobrestamento da análise acerca da legalidade do ato até o deslinde da questão no âmbito do Poder Judiciário, momento em que será possível reavaliar o cumprimento da determinação constante do item III.a da Decisão nº 4882/2018, cujo cumprimento se encontra suspenso em razão da liminar concedida no bojo do Processo nº 0709371-57.2019.8.07.0018;
    - d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE, para acompanhamento do deslinde da questão e para adoção das demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Assinatura Eletrônica  
**Renato Alves da Cruz**  
Auditor de Controle Externo